

Comércio pede rejeição

As associações comerciais do País, divulgaram um documento em que pedem ao Congresso

Economie - Brasil

Terça-feira, 26-11-85 — O ESTADO DE S. PAULO

do pacote fiscal

que rejeite o pacote e controle os gastos do governo.

O Congresso deveria estabelecer "mecanismos efetivos de controle dos gastos públicos" e rejeitar o pacote fiscal que receberá amanhã ou quinta-feira do presidente José Sarney. O apelo para a rejeição do pacote consta da "Carta do Recife", divulgada ontem pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Hoje, Sarney examina com o Conselho Político do governo a versão final do pacote, assim como outras medidas na área econômica.

De acordo com os signatários da "Carta do Recife", o aumento dos impostos não atingirá apenas os altos salários e as grandes empresas "porque os seus efeitos se propagarão por toda a economia e acabarão penalizando mais as camadas de menor renda".

— O Congresso Nacional — diz a carta —, como representante de todos os cidadãos, que serão, inevitavelmente, as grandes vittimas dos aumentos de impostos, terá a responsabilidade de rechaçar qualquer majoração de tributos e estabelecer mecanismos efetivos de controle dos gastos públicos.

Isto para "impedir que o governo, pela emissão de moeda que gera a inflação, ou pelo endividamento, que eleva as taxas de juros, possa continuar realizando gastos não autorizados pela sociedade".

Manifestando "confiança no presidente José Sarney", o documento assinado pelo presidente da entidade, Amaury Temporal, e dirigentes das associações comerciais, assinala que são "falaciosos" os argumentos apresentados para justificar o aumento dos impostos e "apenas procurar encobrir a falta de decisão política do governo de cortar seus gastos. A política fiscal do governo não leva em conta a capacidade econômico-financeira do contribuinte mas apenas as necessidades da caixa do Tesouro Nacional".

E acrescenta: "Contrariamente ao propalado em certas áreas, a carga tributária no Brasil é alta para o nível de renda de sua população, agravada pelo mais injusto dos impostos que é a inflação. O aumento da tributação não assegura o equilíbrio das finanças governamentais. A experiência tem reiteradamente demonstrado que a simples expectativa de incremento da receita tributária acelera os gastos públicos. Agrava-se o domínio do governo no campo econômico, reduzindo o espaço da economia de mercado e da liberdade de iniciativa, com profundos reflexos sobre o processo de democratização".

Programa econômico

O Conselho Político do governo analisa, hoje, a versão final do pacote que deverá constituir-se no programa econômico do governo Sarney e que tem como um dos pontos mais polêmicos a reforma tributária, esta necessariamente dependente da aprovação do Congresso Nacional para que possa entrar em vigor em janeiro, criando e alterando impostos.

Este pacote, que poderá ser a preliminar de uma nova carta de intenções, ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos credores, certamente foi apresentado, ontem, ao secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, autor do Plano Baker, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que retorna hoje ao Brasil.

Até quinta-feira, o "conjunto de medidas harmônicas" segundo a denominação de Funaro deverá ser anunciado pelo presidente Sarney, juntamente com o envio ao Congresso do projeto de reforma tributária. As demais medidas poderão ser tomadas por decreto, ou atos administrativos das autoridades econômicas.

O porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, informou ontem, que ainda não estão definidas as medidas que serão adotadas por decreto ou atos administrativos.

Lembrou que o governo espera que pelo menos a parte fiscal seja aprovada até 5 de dezembro. O anúncio do pacote, segundo fonte do Palácio, será feito em duas etapas: a primeira pelo presidente Sarney, expondo suas linhas gerais e, principalmente o seu alcance social; a segunda etapa ficará por conta de Dílson Funaro, a quem caberá a apresentação dos detalhes técnicos.

Esta mesma fonte disse que o governo enfrenta um dilema para amarrar o pacote: como executar seus programas em 1986 com a redução do imposto recolhido do trabalhador, já que pretende aliviar a carga tributária das categorias de baixos salários. As fontes informaram que Funaro encontrou uma fórmula capaz de compatibilizar o interesse do governo com a realidade orçamentária mas antes o presidente quer discuti-la com o seu Conselho.

"Impatriótica"

O empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, disse ontem, após audiência com o presidente Sarney, que o "Movimento de Defesa do Contribuinte", liderado pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, "é um desserviço que se está prestando ao País e uma campanha impatriótica".

— O aumento de imposto pretendido pelo governo — disse Abílio Diniz — não significará nada de excepcionalmente forte para as pessoas jurídicas do setor produtivo nem para as classes trabalhadoras de renda mais baixa. A reforma fiscal, em sua essência, constitui-se numa mudança na metodologia de cobrança dos impostos e vem acompanhada de uma redução do déficit público, especialmente das despesas de custeio.

Para o presidente do Grupo Pão de Açúcar, a mensagem que o presidente Sarney enviará ao Congresso significa a renovação dos princípios de seriedade que nortelam as ações do governo, em que a sociedade brasileira acredita. "O presidente José Sarney conta com a integral solidariedade de grande massa da sociedade brasileira, que sabe ser legítimo exigir do governo sua contrapartida quando ele aumenta impostos. E esta contrapartida o governo está dando, aumentando junto com os impostos a ineficiência da máquina administrativa."

Abílio Diniz calcula que a taxa inflacionária deste mês ficará entre 12 e 13% devido à escassez de produtos de primeira necessidade provocada pelas secas. "O importante não é se apegar a um número de um mês", afirmou o empresário. Mas "o importante é que, se olharmos a posição do início deste governo, quando as previsões eram de que a inflação chegaria a até 350%, constatamos que a inflação ficará igual ou inferior à taxa do ano passado, o que pode ser festejado como uma vitória, num ano em que o PIB deve crescer 7%, a indústria 10% e o comércio 15% e o salário real em torno de 25%". Além disto, o governo manteve-se firme na política de combate ao déficit público, colhendo os primeiros resultados com a queda da taxa de juros, obtendo com isto o controle da inflação."